

Contrato do túnel deve ser assinado com Lula e Tarcísio

Previsão da APS é até o dia 10 de fevereiro

TED SARTORI
DA REDAÇÃO

A assinatura do contrato de concessão do túnel imerso Santos-Guarujá com a Mota-Engil Latam Portugal S.A., vencedora do leilão, e a instalação simbólica do canteiro de obras ocorrerão entre os dias 28 de janeiro e 10 de fevereiro do próximo ano. A previsão foi revelada ontem pelo presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini.

Segundo o rito normal, o contrato era para ser assinado em 8 de janeiro, mas a empresa pediu prorrogação de 20 dias por motivos burocráticos (documentação), passando para o dia 28. Porém, pode ser atrasado por mais alguns dias para conciliar com as agendas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos).

“É para casar a data de aniversário do Porto de Santos (2 de fevereiro) e com a agenda do presidente. Ele (Lula) está analisando, junto com o ministro (de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho) e também com a agenda do

ESTUDOS

O presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, explica que a empresa responsável pelo túnel ficará um ano fazendo estudos diários com uma equipe de engenheiros antes do início efetivo da obra. Em Santos, segundo Pomini, espaços para o canteiro estão sendo verificados, porque não há áreas desocupadas.

governador. É importante que todos estejam presentes nesse ato que é histórico, simbólico para todos nós”, afirma Pomini.

Na mesma data, será feita a entrega de 50 casas no Parque da Montanha, na Vila Edna, em Guarujá, aos moradores da Praia-nha, área atingida pelas obras do túnel.

CANTEIRO

O principal canteiro de obras, onde se pretende construir a chamada doca seca, local onde serão feitos os módulos de concreto do túnel que serão imersos, será na área da Praia-nha, em Vicente de Carvalho, em direção ao chamado Linhão, em Guarujá. Na região do Linhão tam-



Túnel Santos-Guarujá terá 1,5 km de extensão, sendo 870 metros imersos, sob o canal de navegação

bém haverá a construção da parte de desembocadura do túnel em Guarujá e remanejamento de vias. O terreno fica entre a Praia-nha e a Praça 14 Bis.

Embora a empresa, segundo Pomini, tenha flexibilidade para escolher outros locais, essa foi a área mais indicada, em uma primeira análise. O presi-

dente da APS argumenta que a região já está vazia, é do Porto e próxima ao canal de navegação.

“Há ali a Santos Brasil e temos (ao lado) a Praia-nha, com aquelas moradias irregulares, palafitas. E depois o chamado Linhão. O canteiro de obras será instalado ali, abaixo do Linhão. Mas a

projecção da construção do dique seco avança exatamente sobre a Praia-nha, onde hoje temos as famílias”.

Por isso, diz ele, a retirada das famílias dali é fundamental para que a área receba a construção dos módulos que ficarão prontos aguardando a fixação no fundo do mar.

Pomini muda discurso sobre restrições em leilão

■■■ O presidente da APS, Anderson Pomini, mudou de ideia sobre as restrições envolvendo o leilão do Terminal de Contêineres (Tecon) Santos 10, no cais do Saboó, no Porto de Santos. Antes um entusiasta da ampla participação de concorrentes, opinião demonstrada em diversas ocasiões, agora ele considera “muito acertada” a decisão do Tribunal de Contas da União (TCU), ocorrida na última segunda-feira, vetando a participação de todos os armadores (donos de navios) no certame.

A Corte de Contas propôe um leilão em duas fases, como queria a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). Porém, com restrição maior do que a da agência na primeira etapa, que excluía apenas as empresas que já possuem terminais em Santos. O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) já disse que acompanhará o estipulado pelo TCU. O pregão está previsto para março.

Pomini lembra que o assunto foi fruto de um amplo e longo debate. Por essa razão, não há necessida-

EVENTUAIS IMPUGNAÇÕES

O presidente da APS, Anderson Pomini, lembra, no entanto, que esse formato autoriza eventuais impugnações, com a empresa que se sentir prejudicada podendo pleitear isso por intermédio da Justiça. Por outro lado, considera a situação pertencente ao mercado e que já foi feita exaustivamente. “Impetraram mais de cinco mandados de segurança, já esgotaram o tema junto ao Judiciário. Então, acredito que o calendário para a realização desse leilão será cumprido em março e que o Porto de Santos possa avançar efetivamente com a construção desse terminal, ocupando de forma definitiva aquela área há vários anos sem cargas ou com cargas transitórias”, projeta.

de de mais discussões. “A Antaq trouxe o modelo e é a agência reguladora que tem competência para isso. O MPor defendeu

o mesmo modelo, com restrições, para evitar concentração no próprio mercado. O Conselho Administrativo de Defesa Econô-

mica (Cade) se manifestou também nesse sentido, assim como o Porto e, agora, o TCU validou o formato jurídico por seis votos a três. Me parece que esse é o modelo melhor”, comenta.

Em julho, Pomini disse para A Tribuna que “quanto maior o número de concorrentes postulantes a essa concessão, maior será a outorga e maior será a possibilidade de arrecadação de recursos para o Porto de Santos”, explicou, estipulando valores mais altos com leilão aberto. (TS)